

Atos Oficiais

Condefi:

Em reunião extraordinária ocorrida no dia 24/05/2021 foram indicados para a formação da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência: Cristiano Sosi pelo poder público, Alexandra da Silva Santos pela instituição APRAESPI e a Regiane Nunes pela sociedade Civil. Gilson Silva Santos Presidente do Condefi

Lauda Visa:

Licença de funcionamento de Vigilância Sanitária, proc.363/2010 – L.F. Barbosa Farmácia Ltda - ME, nº licença sanitária 354330301-477-000059-1-6, validade:07/03/2022; Proc.7359/2010 – Raia Drogasil S/A – filial 297, nº licença sanitária 354330301-477-000097-1-7, validade ;07/03/2022; Proc.1085/2019 – WS Transportes e Logística LTDA, nº licença sanitária 354330301-493-000006-1-2, validade: 11/02/2021. Patrícia Bezerra da Silva, Autoridade Sanitária.

Resolução CMS:

Resolução nº 07 de 28 de maio de 2021.

Dispõe sobre a RENÚNCIA dos :

Art.1. Membros do Conselho Municipal de Saúde, nomeados pelos decretos nº 6.910 de 24 de maio de 2019, nº 7005 de 18 de maio de 2020 e n.º 7.129 de 17 de março de 2021, em cumprimento art. 10 do regimento interno, para viabilizar a renovação do Conselho Municipal gestão 2021-2023.

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

José Cantídio de Sousa Lima –

Cândido Domingues

Alexandre Carvalho de Faria

Raquel Fernanda Tauhyl Cordeiro

Maria de Fátima Pereira dos Santos-

Sueli Cassia de Souza Lima

Anésio Ferreira -

Ivone de Lima Santos – Pastoral da Criança

Roberta Patrícia de Camargo-Sindacs

José Pedro de Oliveira Neto -Sindacs

Sérgio Secco – Labem

Sérgio de Castro Leão -Labem

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

Edglay de Souza André -Exonerado

Marcia Baptista Cavallini

Marcela Maria dos Santos

Levinia F de Souza

Cecilia Ramos Botelho Marques

Ivonaldo Pereira Adelino

Eliane Barbosa de Oliveira

Art. 2. Membros dos Conselhos Gestores das Unidades, nomeados pelo decreto n. 6.909, de 24 de Maio de 2019, em cumprimento do parag 2. do art. 6 e art. 10 do regimento interno.

JOSÉ C.S. LIMA

PRESIDENTE

Decretos e Leis:

DECRETO Nº 7.170, DE 27 DE MAIO DE 2021

Institui o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e;

CONSIDERANDO a plena proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Constituição Federal e na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

CONSIDERANDO as questões elencadas pela Lei Federal nº 13.431 de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral que prevê que todas as crianças e adolescentes devem receber proteção especial em função de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, tendo os seus melhores interesses avaliados, resguardados e considerados em todas as ações ou decisões que lhe digam respeito nas diferentes esferas, pública ou privada;

CONSIDERANDO o princípio da dignidade da pessoa humana, segundo o qual cada criança ou adolescente deve ser tratado como um ser humano único e valioso, e como tal, ter sua dignidade individual preservada e ter seus interesses e privacidade respeitados, incluindo a inviolabilidade de sua integridade física, psíquica e moral, com a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais;

CONSIDERANDO a necessidade de criação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, nos termos do artigo 9º, inciso I, do Decreto nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431 de 04 de abril de 2017 e da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, em caráter permanente.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são formas de violência:

I - Violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - Violência psicológica:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - Violência Sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - Violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, por meio de atos comissivos ou omissivos que prejudiquem o atendimento à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência, inclusive quando gerar revitimização;

Parágrafo único - Considera-se revitimização o discurso ou prática institucional que submeta crianças e adolescentes a procedimentos desnecessários, repetitivos, invasivos, que levam as vítimas ou testemunhas a reviver a situação de violência ou outras situações que gerem sofrimento, estigmatização ou exposição de sua imagem.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, é considerada Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes o conjunto de entidades e instituições do poder público, da rede privada e da sociedade civil que atuam para a garantia e acesso dos direitos das Crianças e dos Adolescentes.

§1º Os órgãos, os serviços, os programas e os equipamentos públicos, da rede privada e da sociedade civil trabalharão de forma integrada e coordenada, garantidos os cuidados necessários e a proteção das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

§2º Compõem a Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes os órgãos nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos.

Art. 4º O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência tem por objetivos:

I – Articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para o aprimoramento dos fluxos de atendimento e a integração do referido comitê.

II – Articular, mobilizar e acompanhar as diretrizes e ações intersetoriais e interdisciplinares da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes, potencializando as ações entre os diversos atores, com vistas à qualificação do atendimento e ampliação da proteção e inclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias.

Art. 5º São atribuições do Comitê de Gestão Colegiada:

I - Realizar diagnóstico de pontos vulneráveis e fortes do fluxo de atendimento e proteção dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência e seus familiares;

II - Colaborar para o aprimoramento do fluxo de atendimento e proteção dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência e seus familiares;

III – Fomentar a articulação da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes do Município para garantia dos direitos e proteção integral da criança e do adolescente;

IV - Apoiar ações de enfrentamento da violência contra crianças e/ou adolescentes.

Art. 6º O Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, será composto por 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente, nomeados por Decreto do Chefe do Executivo, sendo preferencialmente, quando do Poder Público, funcionário com vínculo efetivo, representando os seguintes órgãos:

I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

II. Conselho Tutelar de Ribeirão Pires;

III. Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social:

a) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

b) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);

IV. Secretaria de Saúde:

a) Centro de Apoio Psicossocial Infantil (CAPSi);

b) Unidade de Pronto Atendimento (UPA);

c) Hospital e Maternidade São Lucas;

d) Unidade Básica de Saúde;

e) Vigilância Epidemiológica;

f) Infectologia;

g) Conselho Municipal de Saúde.

V. Secretaria de Educação:

a) Secretaria de Educação;

b) Conselho Municipal de Educação.

VI. Diretoria Regional de Ensino de Mauá

§1º Cada membro terá assento no Comitê pelo período de 2 (dois) anos, sendo permitida recondução por igual período, devendo ser obrigatoriamente garantido a devida transição dos trabalhos desenvolvidos.

§2º No âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, os representantes serão, preferencialmente, da sociedade civil, escolhidos a partir de ampla participação dos membros do Conselho, tendo ainda como prioridade de escolha os profissionais que atuam no atendimento direto de crianças e adolescentes nos referidos serviços.

§3º No âmbito da Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, considerando a Lei Federal Nº 12.435/2011, que determina a base territorial dos CRAS, deve-se garantir a representação, (01 (um) titular e 01 (um) suplente), conforme o caput deste artigo, de cada unidade existente no Município.

§4º No âmbito da Secretaria de Saúde:

I. Unidades Básicas de Saúde: haverá apenas uma representação (01 (um) titular e 01 (um) suplente), conforme o caput deste artigo. Cabe aos (às) representantes realizarem o repasse das informações e discussões desenvolvidas a todas as unidades existentes no Município.

II. Conselho Municipal de Saúde: Os representantes referidos no inciso IV, alínea g, serão, preferencialmente, dos serviços de urgência e emergência da rede privada de saúde do município, escolhidos a partir de ampla participação dos membros do Conselho, tendo ainda como prioridade de escolha os profissionais que atuam no atendimento direto de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos referidos serviços.

§5º No âmbito da Secretaria de Educação:

I. Conselho Municipal de Educação: Os representantes referidos no inciso V, alínea a, serão, preferencialmente, da rede privada de educação do município, escolhidos a partir de ampla participação dos membros do Conselho, tendo ainda como prioridade de escolha os profissionais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes nos referidos serviços.

§6º No âmbito da Diretoria Regional de Ensino de Mauá, os representantes serão, preferencialmente, supervisores de escolas estaduais do município, tendo ainda como prioridade de escolha aqueles que supervisionam o maior número de escolas situadas no território da Estância Turística de Ribeirão Pires.

§7º O Comitê se reunirá em caráter ordinário bimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que necessário, encaminhando a Ata ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), bem como aos demais conselhos de direito envolvidos nas ações, se houver.

§8º O Comitê poderá expedir convite para participação das reuniões ordinárias quaisquer representantes de órgãos, serviços, programas, equipamentos públicos e ou sociedade civil que compõem a Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes, conforme art. 2º do presente decreto, conforme pertinência e necessidade devidamente justificada em ata.

§9º O Comitê será coordenado pelos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, competindo-lhes o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos, convocação de reuniões, elaboração de atas e encaminhamento de documentos produzidos.

§10 O Comitê terá caráter permanente.

Art. 7º O prazo para os órgãos indicarem os membros para compor o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de publicação do presente Decreto.

Parágrafo único. As indicações deverão ser encaminhadas ao Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social, que providenciará publicação de portaria nomeando os membros indicados para compor o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção Integral das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 27 de maio de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

LEONARDO PENNA DI BIAZI

Secretário de Assistência, Participação e Inclusão Social

Processo administrativo nº 5617/2019

Publicado no órgão da imprensa oficial

LEI Nº 6.589, DE 31 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre a criação do Programa "Adote um Leito", no Município da Estância Turística De Ribeirão Pires e dá outras providências.- (Autoria: Vereador Luiz Gustavo Pinheiro Volpi)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado no Município da Estância Turística De Ribeirão Pires o Programa Adote um Leito, que tem por objetivo a adoção de leitos hospitalares e ou unidades de saúde na rede pública municipal.

Art. 2º - A adoção de leito da rede pública hospitalar e ou unidades de saúde na rede pública municipal poderá ser feita por pessoa física ou jurídica, de direito privado nacional ou internacional.

Art. 3º - (VETADO)

Art. 4º - O Executivo Municipal poderá divulgar os nomes dos adotantes, desde que haja anuência expressa, para conhecimento público, sem que isso caracterize propaganda ou promoção pessoal.

Art. 5º - As unidades de saúde com leitos adotados enviarão relatórios informativos para os adotantes e para a Secretaria Municipal de Saúde, com o número de pacientes que utilizam a unidade.

Art. 6º - Faculta ao Poder Executivo regulamentar a presente lei no que couber.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 31 de maio de 2021 – 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI

Prefeito

RANGEL FERREIRA

Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI ROCHA SILVA

Secretário de Saúde e Higiene

Processo administrativo nº 030/2021 – CM - 1800/2021 - PM

Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

Lauda Visa:

Assunção de Responsabilidade Técnica, Proc. Nº 9327/2011 – Companhia Brasileira de Distribuição, Wagner Silva Souza, CRF Nº 53385/SP, pelo comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, Indeferimento CEVS, Eliene Vieira da Silva Aquino ME, Nº da Licença de Funcionamento: 354330301-472-000168-0-2. Patrícia Bezerra da Silva, Autoridade Sanitária.

Convocação JARI:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI de Ribeirão Pires, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.337/99 faz saber que no dia 02/06/2021 às 17:30 horas na Rua João Duarte nº56, Centro– Ribeirão Pires / SP, serão julgados os recursos interpostos contra penalidades de trânsito impostas pela Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Defesa Civil da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, na seguinte ordem: 18 e 19/2021. Ribeirão Pires, 01 de Junho de 2021. Andressa Cristine Soares dos Santos - PRESIDENTE DA JARI.

Regimento XII Conferência Municipal de Saúde Final:

RESOLUÇÃO nº 04 /2021 – CMS de 28 de Maio de 2021

Aprova o Regimento da XII Conferência Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Pires – São Paulo, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art 2º da Lei Municipal nº 3.288 de 05 de novembro de 1990,

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento da XII Conferência Municipal de Saúde do município da Estância Turística de Ribeirão Pires (Anexo I).

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

José Cantídio de Sousa Lima

Presidente

REGIMENTO – XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PIRES

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E DO OBJETIVO

Art. 1º Este Regimento tem por finalidade normatizar os processos de organização, realização e funcionamento da XII Conferência Municipal de Saúde de Ribeirão Pires.

Art. 2º A XII Conferência Municipal de Saúde, convocada pelo Decreto Municipal n.º 7.165, de 07 de Maio de 2021, publicado no Diário Oficial Ribeirão Pires em de 07 de Maio de 2021, tem o objetivo de avaliar a situação de saúde da população, a estrutura das Redes de Serviços e de Atenção à Saúde, os processos de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde e formular diretrizes para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025.

CAPÍTULO II DO TEMA

Art. 3º A XII Conferência Municipal de Saúde terá como tema: “Saúde Pública, trabalho coletivo para preservar o futuro” e, como Eixo norteador das ações, a “Aperfeiçoamento da gestão pública do SUS no município”.

Parágrafo Único. Os eixos temáticos da XII Conferência Municipal de Saúde são:

Atenção Primária e Especialidades Médicas, a prevenção das morbidades na população (Pós-Covid);

Saúde Mental, adequação dos equipamentos e a oferta qualificada de serviços;

Urgência e emergência, oferta adequada de atendimento à população;

Qualificação do modelo de gestão, financiamento e administração dos equipamentos e serviços de saúde pública.

CAPÍTULO III

Da Realização

Art. 4º A XII Conferência Municipal de Saúde será realizada no dia 18 de Julho de 2021, em local a ser definido pela Comissão Organizadora, mediante a execução das fases de:

Mobilização e realização das atividades de pré-conferência para compartilhar a análise da situação de saúde da população, da estrutura das Redes de Serviços e de Atenção à Saúde, e dos processos de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde a realizar-se de 14 de Junho de 2021 a 24 de Junho de 2021, conforme cornograma abaixo:

Data	Início da Pré-conferência	Unidade de Saúde
14/06/2021	08:00hs	UBS Centro
		USF Jardim Luso
	16:00hs	UPA Santa Luzia
15/06/2021	08:00hs	UBS Centro Alto
		Centro de Especialidades Médicas I
	16:00hs	UPA Santa Luzia
16/06/2021	08:00hs	USF Jardim Caçula
		USF Jardim Valentina
17/06/2021	08:00hs	Complexo Odontológico
		Centro de Controle de Zoonoses
	16:00hs	Hospital e Maternidade São Lucas
18/06/2021	08:00hs	CAPS II
		CAPS AD
	16:00hs	Hospital e Maternidade São Lucas
21/06/2021	08:00hs	USF Jardim Guanabara
		USF Vila Sueli
22/06/2021	08:00hs	CAPS Infantil
		EMAD
23/06/2021	08:00hs	USF Ouro Fino
		USF IV Divisão
24/06/2021	07:00hs	Serviço de Atenção Especializada - IST/AIDS, Hanseníase, Tuberculose, Hepatites e Acidentes com material biológico
	08:00hs	USF Santa Luzia

Atualização do Mapa da Saúde (diagnóstico) por meio das pré-conferências;

Análise da situação de saúde da população, da estrutura das Redes de Serviços e de Atenção à Saúde, e dos processos de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde;

Realização da fase final para elaborar as diretrizes que subsidiarão o Plano Municipal de Saúde período de 2022 a 2025;

§ 1º A análise da situação de saúde da população, da estrutura das Redes de Serviços e de Atenção à Saúde, e dos processos de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde serão realizadas, inicialmente pelo corpo técnico e, posteriormente, nas atividades de pré-conferência com a participação da comunidade;

§ 2º Nas atividades de pré-conferência, os usuários e/ou suas entidades representativas, trabalhadores da saúde vinculados ao SUS e de gestores/prestadores de serviços de saúde vinculados ao SUS indicarão os seus representantes para ocuparem as vagas de delegados na Conferência Municipal de Saúde.

§ 3º A distribuição e ocupação das vagas de delegados obedecerão a paridade prevista na Resolução nº 453/2012-CNS.

§ 4º A Secretaria Municipal de Saúde assegurará todas as condições materiais, humanas e tecnológicas para a organização e realização da XII Conferência Municipal de Saúde.

§ 5º A responsabilidade pela realização do monitoramento, será de competência do Governo Municipal e do Conselho Municipal de Saúde, com apoio solidário de movimentos, entidades e instituições.

§ 6º A XII Conferência Municipal de Saúde de Ribeirão Pires será realizada sob os auspícios da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires por meio da Secretaria e do Conselho Municipal de Saúde.

§ 7º Para estabelecer a paridade deve-se aplicar os seguintes conceitos:

Entende-se por segmento dos usuários (50%), o conjunto de pessoas que usam os serviços e não são trabalhadores da saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde. Não são dirigentes de organizações prestadoras de serviços de saúde e não ocupam cargos ou funções de confiança na administração municipal ou em organizações governamentais ou do terceiro setor que atuem contratualmente relacionados ao executivo municipal;

Entende-se por segmento dos trabalhadores da saúde (25%), o conjunto pessoas que representem e congregam os trabalhadores da saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde. Os quais não são dirigentes de organizações prestadoras de serviços de saúde e não ocupam cargos ou funções de confiança na administração municipal ou em organizações não governamentais que atuem contratualmente relacionados ao executivo municipal;

Entende-se por segmento dos gestores e prestadores de serviços de saúde (25%) o conjunto pessoas das instituições gestoras de políticas públicas vinculadas ao Poder Executivo e entidades que representam e congregam os prestadores de serviços de saúde, públicos e privados vinculados ao Sistema Único de Saúde.

Art. 5º A comissão Organizadora, considerando a mitigação dos efeitos da Pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19) à saúde pública no período da realização da XII Conferência Municipal de Saúde, deliberou que será realizada através de equipamento eletrônico em ambiente virtual das 09:00hs às 13:00hs.

Art. 6º As inscrições para a XII Conferência Municipal de Saúde ocorrerão no período de 28/06/2021 à 02/07/2021 por link que será dado publicidade em tempo oportuno - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Art. 7º O formulário de inscrição terão o seguinte:

- Nome;
- CPF;
- Endereço;
- Segmento: usuário, gestor, trabalhador;
- Email;
- Celular (whats);
- Unidade de referência:

Unidade de Saúde
UBS Centro
USF Jardim Luso
UPA Santa Luzia
UBS Centro Alto
Centro de Especialidades Médicas I
UPA Santa Luzia
USF Jardim Caçula
USF Jardim Valentina
Complexo Odontológico
Centro de Controle de Zoonoses
Hospital e Maternidade São Lucas
CAPS II
CAPS AD
Hospital e Maternidade São Lucas
USF Jardim Guanabara
USF Vila Sueli
CAPS Infantil
EMAD
USF Ouro Fino
USF IV Divisão
Centro de Especialidades Médicas II - IST/AIDS, Hanseníase, Tuberculose, Hepatites e Acidentes com material biológico
USF Santa Luzia

- Eixo temático:

Atenção Primária e Especialidades Médicas, a prevenção das morbidades na população (Pós-Covid);

Saúde Mental, adequação dos equipamentos e a oferta qualificada de serviços;

Urgência e emergência, oferta adequada de atendimento à população;

Qualificação do modelo de gestão, financiamento e administração dos equipamentos e serviços de saúde pública.

Art. 8º No período de 05/07/2021 a 16/07/2021 a Comissão Organizadora enviará os links da XII Conferência Municipal de Saúde do dia 18/07/2021 da Plenária Geral e do Eixo temático inscrito.

Art. 9º No dia 18/07/2021 terá a seguinte organização:

09:00hs – Os inscritos deverão acessar o link da PLENÁRIA GERAL e terá a Composição da Mesa e Abertura da XII Conferência Municipal de Saúde.

09:30hs – Encerramento da Abertura e composição das salas para eixos temáticos

09:40hs – Os inscritos deverão acessar o link EIXO TEMÁTICO e se dará ao início dos trabalhos de cada eixo, sendo composto presencialmente por 1 (um) relator e 1 (um) coordenador. E terá a seguinte organização de cada

eixo:

- elaborar e aprovar até no máximo 5 (cinco) proposta pertinentes ao eixo temático;
- após o relator enviará por mensagem (Whats) para 1 (um) membro da Comissão a ser definido;
- o membro escolhido formatará em um único arquivo para ser apresentado na Plenária e também fará um print da tela das propostas enviadas pelo relator de cada eixo;

10:50hs – Encerramento da discussão dos eixos temáticos e apresentação de atração;

11:00hs – Os inscritos deverão acessar o link PLENÁRIA GERAL e iniciará a plenária. Apresentará em telão todas as propostas, e a mesa diretora realizará a leitura de cada proposta, obedecendo a seguinte ordem:

- Leitura da 1ª proposta – após cada delegado deverá colocar “MÃOZINHA” como aprovado;
- A Comissão realizará a contagem de votos de aprovados e se de 50% MAIS 1, a proposta valerá como aprovada;
- E assim por diante de cada proposta.

Observação: O participante que não for delegado deverá desligar a câmera e o audio poderá permanecer ligado para fins de contagem de votos. Na Plenária se tiver algum delegado que não concorda, terá 2 (dois) minutos para destaque e o relator do eixo temático defenderá a proposta. Qualquer participante terá o direito de apenas 2 (dois) destaques do total de todas as propostas. O voto de minerva será deliberado no ato pela Comissão.

13:00hs – Encerramento da XII Conferência Municipal de Saúde.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 10º A XII Conferência Municipal de Saúde de Ribeirão Pires terá a seguinte estrutura:

Presidência;

Coordenação Geral;

Comissão Organizadora;

Comissão de Comunicação, Mobilização e Relatoria;

§ 1º A presidência será exercida pelo Secretário Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo Subsecretário ou alguém determinado por ele;

§ 2º A Coordenação Geral será exercida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde;

§ 3º A Comissão Organizadora terá os seguintes representantes:

01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

01 (um) representante dos Trabalhadores;

02 (dois) representantes dos usuários.

§ 4º A Comissão de Comunicação, Mobilização e Relatoria terá os seguintes representantes:

01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;

01 (um) representante da Secretaria de Saúde responsável pela comunicação.

CAPÍTULO V

Art. 11º A Comissão Organizadora tem as seguintes atribuições:

Promover, coordenar e supervisionar a realização da conferência, atendendo aos aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros, e apresentando as propostas para deliberação do Conselho Municipal de Saúde;

Propor as condições de infraestrutura necessárias para a realização da conferência, referentes ao local, ao credenciamento, equipamentos e instalações audiovisuais, de reprografia, comunicação (telefone, Internet, fax, dentre outros), transporte, alimentação e outras;

Propor e monitorar a celebração de contratos e convênios necessários à realização da conferência

Atuar para viabilizar as condições da infraestrutura necessárias à realização da conferência;

Elaborar e propor:

O Regulamento da conferência;

Resolver as questões pertinentes não previstas neste Regimento.

Monitorar a execução da organização e funcionamento da conferência, inclusive nos aspectos de infraestrutura e orçamento;

Realizar e monitorar as fases previstas no Art. 4º deste regimento.

Art. 12º A Comissão de Comunicação, Mobilização e Relatoria tem as seguintes atribuições:

Definir e viabilizar os meios para divulgação da conferência, incluindo imprensa, Internet e outras mídias;

Orientar as atividades de comunicação social da conferência;

Elaborar e propor o método para consolidação dos Relatórios das atividades de pré-conferência, dos Grupos de Trabalho e da Plenária Final;

Consolidar os Relatórios das atividades de pré-conferência, dos Grupos de Trabalho e da Plenária Final;

Elaborar o Relatório Final da Conferência;

Propor metodologia para a etapa final da conferência;

Propor, encaminhar e coordenar a divulgação deste Regimento e de textos de apoio para a conferência;

Mobilizar os esforços necessários ao encaminhamento, em tempo hábil, dos Relatórios das atividades de pré-conferência, dos Grupos de Trabalho e da Plenária Final da conferência;

Divulgar a produção de materiais, programação e o Relatório Final da conferência;

Atuar na mobilização visando à maior participação de todos os segmentos organizados nas fases previstas no Art. 4º deste Regimento.

Parágrafo único. À Comissão de Comunicação, Mobilização e Relatoria caberá a divulgação dos textos para a conferência.

CAPÍTULO VI

DOS PARTICIPANTES

Art. 13º Só serão delegados na XII Conferência Municipal de Saúde os que foram eleitos na pré-conferência do seu território e/ou os atuais Conselheiros Municipais de Saúde.

Art. 14º Os participantes da XII Conferência Municipal de Saúde distribuir-se-ão em duas categorias:

Delegados (as), com direito a voz e voto;

Convidados (as), com direito a voz;

CAPÍTULO VII

DAS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Art. 15º São instâncias de decisão na XII Conferência Municipal de Saúde:

Os grupos de trabalho;

Plenária Final.

§ 1º Os trabalhos em grupos serão realizados, simultaneamente, para discutir e votar os conteúdos do Relatório Consolidado das atividades de pré-conferência e formulação de novas propostas, sendo no máximo 5 (cinco) no total.

§ 2º A Plenária Final tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes do Relatório Consolidado dos trabalhos em grupos e as propostas de moções.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º O monitoramento da aplicação das diretrizes aprovadas na conferência será realizado no processo de elaboração e execução do Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025 e das Programações Anuais de Saúde.

Art. 17º O Relatório Final da XII Conferência Municipal de Saúde conterá as propostas e Moções aprovadas na Plenária Final devendo conter diretrizes que possam subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025 e contribuir para o fortalecimento das políticas e programas de Atenção à Saúde da população.

Parágrafo único. O Relatório aprovado na Plenária Final da XII Conferência Municipal de Saúde será encaminhado ao Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde, publicado no site da Prefeitura Municipal e deve ser amplamente divulgado, servindo de base para os processos de monitoramento.

Art. 18º O Regulamento da XII Conferência Municipal será elaborado pela Comissão Organizadora e submetido à apreciação e aprovação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 19º Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Saúde.

Art. 20º O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua homologação pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS, após aprovação pela Plenária do CMS, e publicação no Diário Oficial do Município.

Ribeirão Pires, 28 de Maio de 2021

José Cantídio de Sousa Lima

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Regimento Conselho Municipal de Saúde:

Resolução nº 06/2021 – CMS de 28 de Maio de 2021

Dispõe sobre o Regimento do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde gestão 2021/2023 e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Pires – São Paulo, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art 2º da Lei Municipal nº 3.288 de 05 de novembro de 1990. E no devido cumprimento à Constituição Federal, no Título VIII, Capítulo II, Seção II, da Saúde, em conformidade com a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.

Resolve:

Art. 1º Convocar eleição para escolha dos membros dos Conselhos Gestores dos Equipamentos de Saúde Pública e conveniados do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

As inscrições serão feitas pela internet através de Link que estará disponível no Blog do Conselho Municipal de Saúde: <https://consauderp.blogspot.com/>;

Os candidatos deverão se inscrever somente em um equipamento de serviço de saúde municipal, e no caso de candidatura para Unidade Básica de Saúde/ Saúde da Família deverá comprovar residência na área de cobertura da UBS/USF.

As inscrições estarão abertas a partir da publicação da Resolução e encerrada até 07 de Junho de 2021 às 17:00hs;

As eleições dos equipamentos de saúde obedecerão ao seguinte calendário:

Data	Período da Urna	Unidade de Saúde
14/06/2021	08:00hs às 15:00hs	UBS Centro
		USF Jardim Luso
15/06/2021	08:00hs às 15:00hs	UPA Santa Luzia
		UBS Centro Alto
16/06/2021	08:00hs às 15:00hs	Centro de Especialidades Médicas I
		UPA Santa Luzia
17/06/2021	08:00hs às 15:00hs	USF Jardim Caçula
		USF Jardim Valentina
18/06/2021	08:00hs às 15:00hs	Complexo Odontológico
		Centro de Controle de Zoonoses
21/06/2021	08:00hs às 15:00hs	Hospital e Maternidade São Lucas
		CAPS II
22/06/2021	08:00hs às 15:00hs	CAPS AD
		Hospital e Maternidade São Lucas
23/06/2021	08:00hs às 15:00hs	USF Jardim Guanabara
		USF Vila Sueli
24/06/2021	08:00hs às 15:00hs	CAPS Infantil
		EMAD
25/06/2021	08:00hs às 15:00hs	USF Ouro Fino
		USF IV Divisão
26/06/2021	07:00hs às 14:00hs	Serviço de Atenção Especializada - IST/AIDS, Hanseníase, Tuberculose, Hepatites e Acidentes com material biológico
		USF Santa Luzia

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Cantídio de Sousa Lima

Presidente

EDITAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DAS UNIDADES DE SAÚDE E DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES PARA A GESTÃO 2021 a 2023.

O município de Ribeirão Pires, por meio do Conselho Municipal de Saúde – CMS, publica o presente Edital como objetivo de regulamentar a eleição dos representantes de usuários, e trabalhadores de saúde, bem como a indicação dos representantes do governo das Unidades de Saúde do município da Estância Turística de Ribeirão Pires do Sistema Único da Saúde, de acordo com o estabelecido Lei Municipal nº 3.288 de 05 de novembro de 1990.

As Eleições dar-se-ão nos seguintes locais, datas e horários:

Data	Período da Urna	Unidade de Saúde
14/06/2021	08:00hs às 15:00hs	UBS Centro USF Jardim Luso
	16:00hs às 20:00hs	UPA Santa Luzia
15/06/2021	08:00hs às 15:00hs	UBS Centro Alto Centro de Especialidades Médicas I
	16:00hs às 20:00hs	UPA Santa Luzia
16/06/2021	08:00hs às 15:00hs	USF Jardim Caçula USF Jardim Valentina
	16:00hs às 20:00hs	Hospital e Maternidade São Lucas
17/06/2021	08:00hs às 15:00hs	Complexo Odontológico Centro de Controle de Zoonoses
	16:00hs às 20:00hs	Hospital e Maternidade São Lucas
18/06/2021	08:00hs às 15:00hs	CAPS II CAPS AD
	16:00hs às 20:00hs	Hospital e Maternidade São Lucas
21/06/2021	08:00hs às 15:00hs	USF Jardim Guanabara USF Vila Sueli
	16:00hs às 20:00hs	CAPS Infantil EMAD
22/06/2021	08:00hs às 15:00hs	USF Ouro Fino USF IV Divisão
	16:00hs às 20:00hs	Serviço de Atenção Especializada - IST/AIDS, Hanseníase, Tuberculose, Hepatites e Acidentes com material biológico
24/06/2021	07:00hs às 14:00hs	USF Santa Luzia
	08:00hs às 15:00hs	USF Santa Luzia

DOS OBJETIVOS

O Conselho Gestor de Saúde tem por finalidade atuar na formulação e no controle da execução da Política Local de Saúde em conformidade com o Plano Municipal de Saúde 2022 a 2025, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social local da saúde.

Regulamentar o processo eleitoral para a definição dos conselheiros municipais de saúde para o mandato de 2(dois) anos.

A função de Conselheiro Gestor de Saúde não é remunerada, sendo considerada de relevante interesse público.

As eleições do Conselho Gestor de Saúde reger-se-ão a partir da publicação deste edital de convocação no site oficial do município: www.ribeiraopires.sp.gov.br e no Blog do Conselho Municipal de Saúde: <https://consauderp.blogspot.com>. Sendo responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde e do governo Municipal sua ampla divulgação.

DA REPRESENTAÇÃO

A composição dos Conselhos segue orientação Resolução 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo composto por quatro membros efetivos de forma paritária: 25% de representantes de usuários, 25% de Representantes de entidades usuárias, associações, entidades, 25% de trabalhadores de saúde, 25% de representantes do governo e prestador de serviço e quatro membros suplentes de acordo com a paridade.

A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso, um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, não pode ser representante dos (as) usuários (as) ou de trabalhadores(as).

Para garantir a legitimidade de representação paritária dos usuários, é vedada a escolha de representante dos usuários que tenha vínculo, dependência econômica ou comunhão de interesse com quaisquer dos representantes dos demais segmentos integrantes do Conselho.

DA HABILITAÇÃO

Estarão habilitados a participar do referido processo eleitoral os órgãos, entidades e representantes de movimentos sociais, formalmente instituídos, que tenham representatividade, abrangência e complementariedade da sociedade no âmbito do município de Ribeirão Pires. Conforme as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, serão contempladas as seguintes representações:

- a) Associações de pessoas com patologias;
- b) Associações de pessoas com deficiências;

- c) Movimentos sociais e populares organizados, movimento negro e LGBT;
- d) Movimentos organizados de mulheres, em saúde;
- e) Entidades de aposentados e pensionistas;
- f) Entidades indígenas;
- g) Entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos.
- h) Entidades de defesa do consumidor;
- i) Entidades ambientalistas;
- j) Organizações de moradores;
- k) Organizações religiosas;
- l) Trabalhadores da área de saúde: associações, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, federações e sindicatos;
- m) Entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- n) Entidades patronais;

DA COMISSÃO ELEITORAL

A eleição dos Conselhos Gestores de Saúde será coordenada por uma Comissão Eleitoral, deliberada pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde. Segundo resolução 453 CNS.

Compete à comissão eleitoral:

Requisitar à Secretaria Municipal de Saúde todos os recursos necessários para a realização do processo eleitoral;

Conduzir e supervisionar o processo eleitoral desde a sua instalação até a conclusão do pleito;

Decidir a respeito das inscrições de candidaturas;

Instruir, qualificar e julgar, em grau de recurso, decisões relativas ao registro de candidatura e outros assuntos;

Receber e apurar votos e proclamar o resultado eleitoral.

Quem for candidato não poderá participar da Comissão Eleitoral, caso seja membro do Conselho Municipal de Saúde (CMS), automaticamente concorda em abdicar o direito de qualquer cargo de gestão atual do CMS.

DAS VAGAS

O Conselho Gestor de Saúde será composto por 04 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes de forma paritária, com representação de usuários, setor governamental e trabalhadores de saúde. As vagas serão distribuídas da seguinte forma: 50% de usuários, 25% de trabalhadores de saúde e 25% de representação de governo, a saber:

Os usuários terão 02 (dois) representantes e seus suplentes;

Os representantes dos usuários não poderão pertencer a nenhuma entidade prestadora de serviços remunerados pelo SUS.

Os representantes do governo terão 01 representante e seu suplente;

Os trabalhadores de saúde terão 01 representante e seu suplente;

Os representantes dos trabalhadores não poderão estar exercendo cargo de gestão comissionado ou gratificado na unidade de saúde.

Havendo mais indicados do que vagas, para cada subsegmento, os mesmos elegerão entre si o(s) representante(s).

Havendo quantidade de candidatos igual à quantidade de vagas os inscritos serão declarados eleitos, cabendo a eles decidir quais candidatos ocuparão as vagas de titulares e as de suplência.

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão aceitas a partir da publicação da Resolução e encerrada até 07 de Junho de 2021 às 17:00hs;

Para se inscrever o usuário da unidade de saúde deverá acessar o formulário eletrônico através do seguinte

link: <https://forms.gle/ofehgHiSenN8RFSH7>. E o candidato deverá anexar no ato da inscrição arquivo de cópia de RG/CNH e comprovante de endereço;

Para fins de realização de inscrição, a entidade deverá apresentar a seguinte documentação na sede do Conselho Municipal de Saúde localizada na Rua Felipe Sabag, 200 – Centro (Shopping Garden, 3º Andar – Sala 4G:

Cópia de Ata de Eleição e Posse da atual diretoria registrada em cartório;

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa, de no mínimo um ano;

Cópia do Estatuto e/ou Regimento Interno registrado em cartório;

Dentre os anteriores poderá ser substituído por uma declaração da entidade que tenha atuação comprovada no município de Ribeirão Pires;

Cópias dos documentos oficial com foto (RG ou CNH) do candidato;

Comprovante de endereço;

Não serão aceitas, sob nenhuma hipótese, inscrições fora do prazo estabelecido acima, nem tão pouco faltando algum item citado.

Somente poderão participar do processo eleitoral as entidades, de que comprovarem sua existência, no mínimo um ano.

A Comissão Eleitoral promoverá o deferimento das inscrições somente daqueles candidatos cuja entidade preencher os requisitos.

A Comissão Eleitoral divulgará o deferimento das inscrições dos candidatos/ Entidades até 2 (dois) dias após o término do período das inscrições, ou seja, seja 09/06/2021;

Os nomes das Entidades cujas inscrições foram indeferidas pela Comissão Eleitoral estarão disponíveis na sala do Conselho Municipal de Saúde para possíveis recursos.

A inscrição do representante, caso não seja usuário/paciente da unidade de saúde para a qual se inscreveu será anulada, bem como os efeitos dela decorrentes da Eleição do Conselho Gestor de Saúde da Unidade correspondente.

Após a publicação da lista de candidatos às vagas de cada Conselho Gestor de Unidade de Saúde, havendo anulação da inscrição, o candidato terá 2 (dois) dias úteis (11/06/2021) para recorrer por escrito, apresentando sua justificativa diretamente ao Conselho Municipal de Saúde, na Rua Felipe Sabag, 200 – Centro (Shopping Garden,

3º Andar – Sala 4G).

DA REALIZAÇÃO DE CAMPANHA

Será facultado ao munícipe, usuário do serviço de saúde e inscrito para escrutínio do Conselho Gestor do Serviço, fazer divulgação de sua candidatura e realizar campanha entre os demais usuários do aparelho de saúde pública.

Caberá a Secretaria de Saúde Municipal e ao Conselho Municipal de Saúde divulgar, em lista disponibilizada em cada unidade de saúde, após vencido o prazo de inscrição eleitoral, os nomes dos usuários candidatos a compor o Conselho Gestor Gestão 2021/2023.

DA ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

A eleição será por voto secreto, expressado através de cédula com o número e nome dos candidatos as quais as representam.

A Cédula de Votação será rubricada por, no mínimo, 02 (dois) membros da Comissão Eleitoral.

Cada eleitor antes de receber a cédula para a votação deverá se identificar perante o mesário, apresentando documento de identidade oficial com foto que são: carteira de identidade (RG); a carteira de motorista; o passaporte; e o e-título (um app que funciona como uma via digital do título eleitoral, mas somente para quem registrou a biometria). Vale lembrar que certidão de nascimento e de casamento não são válidos para a votação;

O eleitor preencherá seu voto em local secreto e depositará sua cédula em uma urna colocada na Mesa Receptora de Votos, podendo votar apenas em um candidato por vez, de acordo com seu segmento.

Problemas surgidos durante o processo de votação serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Os casos omissos referentes ao processo eleitoral, não previstos neste edital ou dúvidas provenientes de sua interpretação, serão decididos pela Comissão Eleitoral, que estará presente durante todo o tempo da realização da eleição.

A votação e a apuração dos votos poderão ser acompanhadas e fiscalizadas por fiscais indicados pelos

segmentos.

Serão admitidos até 2 (dois) fiscais por segmento. Caso haja a indicação de um número maior de fiscais, será realizado sorteio, conduzido pela Comissão Eleitoral, no início dos trabalhos de votação.

Após o encerramento dos trabalhos de apuração, o membro da Comissão Eleitoral deverá lavrar a Ata da Eleição na qual constarão as ocorrências do dia.

A Ata da Eleição, uma vez lavrada, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Comissão Eleitoral e demais presentes.

Em caso de empate na votação, será aclamado vencedor:

- a) No caso de usuários o que contar com maior idade;
- b) No caso de entidades dos trabalhadores de saúde, deverá ser observado o mesmo critério, ou seja, contar com maior tempo de registro;

OBSERVAÇÃO:

Para proteger e minimizar riscos de contágio do novo coronavírus (SARS-CoV-2) durante as eleições fica definido o seguinte:

As urnas estarão disponíveis para a votação das 08:00hs às 15h.

Idealmente, uma boa maneira de evitar o contágio da COVID-19 é comparecer ao local de votação sozinho, evitando levar crianças ou qualquer outro acompanhante;

Uso obrigatório de máscaras;

Higienizar as mãos antes e depois de votar;

Os eleitores que estiverem com sintomas da COVID-19, como febre, no dia da votação ou ainda que tiverem um diagnóstico confirmado para a infecção nos últimos 14 dias, mesmo assintomáticos, devem permanecer em casa, de quarentena;

mesários atentos contra a COVID-19, nos locais de votação, evite o contato próximo e tente ficar a pelo menos 2 metros de distância das outras pessoas. Usar máscara e evite tocar em superfícies. Leve uma máscara extra e não esqueça do álcool em gel.

DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS E DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO

Após o processo de apuração, os candidatos mais votados, dentro dos respectivos segmentos, serão proclamados conselheiros gestores de saúde eleitos.

O prazo de impugnação de qualquer ato do Processo Eletivo será de 02 (dois) dias úteis.

Os pedidos de impugnação de qualquer ato referente ao processo eleitoral deverão ser feito por escrito e este será consignado no dia e constando na Ata da Eleição, não sendo considerados pedidos posteriores.

Caso seja impugnada a indicação de quaisquer dos conselheiros gestores de saúde eleitos, o representante do segmento que representam será desclassificado do processo eleitoral, devendo ser proclamado o representante do segmento subsequente de acordo com a quantidade de votos.

Caso não haja nenhum tipo de impugnação no período supracitado, a Comissão Eleitoral encaminhará por escrito, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, os nomes dos representantes eleitos para Conselheiros gestores de saúde e os nomes dos seus respectivos suplentes.

Ao término do período de impugnação, não havendo recursos impetrados dentro do prazo, o presidente do Conselho Municipal solicitará ao chefe do executivo a nomeação dos conselheiros gestores de saúde eleitos.

DA COMISSÃO ELEITORAL

A Comissão será composta de 06 (seis) membros de forma paritária.

Compete a Comissão Eleitoral:

Conduzir o processo eleitoral e deliberar sobre tudo que se fizer necessário para o seu andamento, dando ciência, sistematicamente, a Mesa Diretora do CMS;

Dar conhecimento público das candidaturas inscritas;

Requisitar a Secretaria de Saúde e Higiene todos os recursos financeiros necessários para a realização do processo eleitoral;

Instruir, qualificar, apreciar e decidir recursos relativos ao registro de candidaturas e outros assuntos referentes ao pleito eleitoral;

Indicar e instalar as Mesas Eleitorais em número suficiente com a função de disciplinar, organizar, receber e apurar votos;

Proclamar o resultado eleitoral;

DA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

No dia 11/07/2021 às 09:00hs os eleitos do Conselho Gestor de Saúde de cada segmento deverá acessar o link de acordo com o seu segmento, que será dado publicidade em tempo oportuno:

- Link trabalhadores
- Link usuários

A Comissão eleitoral solicitará no ato quem se candidata para ser membro do Conselho Municipal de Saúde.

Se houver maior quantidade de candidatos conforme as vagas por paridade, será realizada a votação entre os presentes.

Será eleito o que obtiver a maioria dos votos.

Se houver empate, nos casos dos trabalhadores será o que tiver maior tempo de serviço e nos casos dos usuários, o que tiver maior idade.

Os eleitos titulares do Conselho Municipal de Saúde deliberarão entre si a composição da mesa diretora.

DA NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

A nomeação e a posse dos membros do Conselho serão realizadas por ato do poder executivo, para cumprimento do mandato de 02(dois)anos, possibilitando a reeleição uma única vez.

O mandato a que se refere este artigo não se aplica ao segmento do gestor, o qual se encerrará no término da gestão do prefeito que os nomeou.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os eleitos para os Conselhos Gestores são delegados à XII Conferência Municipal de Saúde, junto com os atuais membros do Conselho Municipal de Saúde.

O presente regimento interno poderá ser alterado parcial ou totalmente, através de proposta expressa de qualquer um dos Conselheiros Titulares do CMS, encaminhada por escrito.

A análise, apreciação e aprovação de alteração do presente Regimento deverá ser efetuada em reunião extraordinária própria do CMS, designada para tal, com quórum mínimo de 2/3 de Conselheiros Titulares.

Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pela Plenária do CMS.

O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua homologação pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS, após aprovação pela Plenária do CMS, e publicação no Diário Oficial do Município.

Ribeirão Pires, 28 de Maio de 2021

José Cantídio de Sousa Lima

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

